

2014

memória

em destaque

ANO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



memória em destaque

O projeto **Memória em destaque** tem como objetivo divulgar a história do Ministério Público de Minas Gerais por meio do acervo do Memorial da Instituição.

Mensalmente, objetos, documentos, fatos ou biografias são destacados no ambiente expositivo e apresentados nos veículos de comunicação da Procuradoria-Geral de Justiça, onde são evidenciadas peculiaridades e informações técnicas, descritivas e narrativas dos itens expostos.

Seleção de materiais:
Divisão de Memória e Arquivo Histórico (Dimar)

Edição:
Diretoria de Imprensa (Dimp)

Projeto gráfico e diagramação: Rúbia Oliveira Guimarães
Diretoria de Publicidade Institucional (DPBI)



memória

em destaque

Vestes Talares - Trajes que caracterizam membros do Ministério Público

O uso das vestes talares é uma forma de conferir solenidade e respeito aos atos judiciais. A beca e a toga constituem um sinal do sacerdócio dos defensores do Direito e da Justiça

As vestes talares são trajes que remontam aos sacerdotes da Roma antiga. A palavra talar vem do latim, *talus*, que significa talão ou calcanhar. Entre as vestes talares estão a toga, usada pelo juiz de Direito, e a beca, usada por magistrados, advogados e membros do Ministério Público.

A beca pode ser composta de uma corda trançada com fios de seda, chamada torçal; por um pingente em forma de sino, chamado borla, feito da mesma corda trançada; pelas rosetas, que são botões paralelos na altura do peito, e por alamares, formados quando as cordas trançadas cruzam o peito e ficam presas nos botões frontais.

O preto da vestimenta remete à ideia de abnegação do indivíduo, que, no rito processual, não representa ele mesmo, mas uma instituição ou um cargo. Já as cores dos detalhes variam conforme o usuário da veste. O branco, usado pelo juiz, significa a imparcialidade na aplicação da lei. A cor vermelha, do Ministério Público, representa o rigor na aplicação da lei. O verde, dos advogados, é a cor da esperança de resolução de conflitos baseada na aplicação da lei.

Memorial

As becas expostas no Memorial do Ministério Público de Minas Gerais foram doadas pelo procurador de Justiça Joaquim Cabral Netto, sendo uma delas de gala e a outra, ordinária.

A beca de gala é utilizada em sessões solenes, como a posse do procurador-geral de Justiça, dos membros da Câmara de Procuradores ou do Conselho Superior do Ministério Público. Ela é composta de três peças: capa preta, faixa vermelha e sobrecapa, sendo comum o uso da borla vermelha com dois pingentes caso seu portador seja um procurador de Justiça.

Nas demais sessões dos Órgãos Colegiados, utiliza-se a veste ordinária, constituída de uma única peça, a faixa vermelha e a borla vermelha com dois pingentes. Nas sessões do Tribunal do Júri, o promotor de Justiça utiliza a veste ordinária, a faixa vermelha e o torçal com apenas um pingente.



Origem

A tradição de uso da beca teria suas raízes nas universidades europeias, a partir do século XIII, com o aparecimento da figura do reitor. Posteriormente, foi utilizada também como forma de igualar a aparência dos estudantes. Em Portugal, os registros mais antigos de utilização da beca judiciária são da passagem do século XIV para o século XV. No Brasil, um decreto federal de 1854 regulamentou, pela primeira vez, o uso da vestimenta por magistrados e promotores públicos no exercício de suas funções e em solenidades.

memória em destaque

Affonso Arinos de Melo Franco

O renomado escritor foi promotor de Justiça pelo Ministério Público de Minas Gerais na década de 1930. Assim declarou sobre sua função: “A Promotoria me punha em contato com a vida do povo e com as misérias dessa vida”

Affonso Arinos de Melo Franco nasceu em Belo Horizonte, em 27 de novembro de 1905. Diplomado em 1927 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, foi, pouco antes, aos 21 anos de idade, nomeado promotor de Justiça na capital mineira.

O jovem, que, em razão da vida política de seu pai, já havia morado na Europa e no Rio de Janeiro, vivenciava outra realidade, como revelou nesta passagem de seu livro de memórias *A alma do tempo*: “A Promotoria me punha em contato com a vida do povo e com as misérias dessa vida. Até então a ideia que eu tinha dos sofrimentos do mundo e das injustiças sociais era colhida nos livros. Ideia irreal e, até certo ponto, estrangeira, pois a literatura que eu lia era de outros países”.

Seu primeiro desafio como promotor de Justiça foi manifestar-se em uma controvérsia a respeito do pátrio poder sobre um menor. Para um jovem recém-formado, cuja expectativa de atuação na área criminal era certa, aquele primeiro contato com a prática ministerial causou perplexidade não apenas pela declarada ignorância sobre o assunto, mas também pela antevisão das várias responsabilidades que as atribuições ministeriais lhe exigiriam. Superada a primeira atuação como curador de menores, dedicou-se a práticas rotineiras, como interrogatórios, oferecimento de denúncias, visitas a abrigos de menores e a hospitais de interditos.

Além da Promotoria de Justiça, seu tempo era dedicado a atividades intelectuais. Escrevia poemas e colaborava na redação do *Diário de Minas*, cujo redator-chefe era seu amigo Carlos Drummond de Andrade. Em Belo Horizonte, também desfrutava da companhia de João Alphonsus de Guimaraens, Milton Campos, Gustavo Capanema, Gabriel Passos, Ciro dos Anjos e outros intelectuais da sua geração.

Em 1928, Affonso volta para o Rio de Janeiro, onde se casa com Ana Guilhermina Rodrigues Alves Pereira – com quem teve dois filhos e 11 netos – e inicia a carreira de parlamentar e homem público.

Em 1930, publica seu primeiro livro na área do Direito: *Responsabilidade criminal das pessoas jurídicas*, obra que traduz sua experiência como promotor de Justiça. Escreveu diversos livros sobre política, cultura brasileira, história econômica, crítica literária, crônicas e até uma peça de teatro. Recebeu prêmios literários e, em 1958, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, sucedendo José Lins do Rego na cadeira 25.

Em 1936, ingressou no magistério superior como professor de História da Civilização Brasileira na extinta Universidade do Distrito Federal. Também ministrou cursos na Universidade de Montevideu (Uruguai); na Sorbonne, em Paris (França); na Universidade de Buenos Aires (Argentina) e no Instituto Rio Branco. Affonso Arinos foi professor emérito das universidades Federal e Estadual do Rio de Janeiro (UFRJ e UERJ).

Entre 1947 e 1959, foi deputado federal por Minas Gerais. Na Câmara dos Deputados,



foi membro de diversas comissões e autor da Lei n.º 1.390, de 3 de julho de 1951, contra a discriminação racial. O texto foi superado mais tarde, quando o próprio Affonso Arinos incorporou seu conteúdo ao capítulo “Dos direitos e garantias individuais”, da Constituição de 1967.

Em 1958, foi eleito senador pelo antigo Distrito Federal, hoje Estado do Rio de Janeiro. Em 1961, ocupou, no governo do presidente Jânio Quadros, a pasta das Relações Exteriores. Nesse cargo, entre outras atividades, foi o primeiro chanceler brasileiro a visitar a África. Esteve no Concílio Vaticano II como embaixador extraordinário e chefiou a delegação brasileira na Conferência do Desarmamento, em Genebra.

Em 1985, foi nomeado presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que ficou conhecida como Comissão Affonso Arinos. Novamente eleito senador em 1988, presidiu a Comissão de Sistematização Constitucional da Assembleia Nacional Constituinte.

Em 27 de agosto de 1990, após duas semanas internado, Affonso Arinos de Melo Franco morre no Rio de Janeiro. Era filho de Afrânio de Melo Franco e de Sylvia Alvim de Melo Franco.

memória em destaque

Urna de votação para promoção por antiguidade

A peça, que compõe o acervo do Memorial do MPMG, foi usada até a década de 1990, sempre que a decisão pudesse ser tomada por meio do sistema de “sim ou não”

De origem latina, a palavra urna era utilizada, inicialmente, apenas para designar um vaso de argila para guardar líquidos ou grãos. Porém, acredita-se que, por volta do século I a.C., os romanos tenham passado a utilizar esse tipo de objeto também para a realização de sorteios. Em Portugal, há registros do uso de urnas em sorteios e votações desde o século XVI.

A urna que compõe o acervo do Memorial do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) foi utilizada pelo Conselho Superior da instituição, até a década de 1990, para a realização de votações, especialmente aquelas para promoção por antiguidade na carreira.

O processo de votação ocorria da seguinte maneira: o órgão colegiado recebia as inscrições dos interessados e organizava uma lista em ordem decrescente de antiguidade. O nome mais antigo era posto em votação para que os membros do órgão colegiado decidissem se seria promovido ou não. Cada um dos votantes recebia duas bolas: uma branca e outra preta. O secretário passava com a urna, recebendo os votos. A bola branca correspondia a um sim e a bola preta, a um não. O voto era secreto e, por isso, logo após a contagem, o secretário recolhia as bolas não utilizadas. Obtendo a maioria de bolas brancas, o candidato era promovido. A urna era utilizada para outras deliberações da instituição sempre que a decisão pudesse ser tomada por meio do sistema de “sim ou não”.

Quando as sessões passaram a ser abertas, com voto oral e fundamentado, objetivando conferir transparência às decisões, a urna deixou de ser usada para esse fim.



memória

em destaque

Alphonsus de Guimaraens

Representante da poesia simbolista brasileira, o escritor ocupou por duas vezes o cargo de promotor de Justiça em Minas Gerais

Poeta, mestre do lirismo místico e autor de obra de ritmo elegíaco e solene musicalidade, ligado a abstrações religiosas e ao amor. Cantou a ausência, a distância e o além. Alphonsus de Guimaraens foi um dos principais representantes da poesia simbolista brasileira.

Nascido em 24 de julho de 1870, na cidade de Ouro Preto (MG), Affonso Henriques da Costa Guimarães era filho de um comerciante português. Iniciou suas atividades literárias aos 17 anos com o poema *Madrigal*. Nessa época, sua noiva morre vítima de tuberculose. O fato marcou a obra do poeta, que dedicou a ela muitos de seus versos melancólicos e musicais.

Aos 20 anos, foi para São Paulo estudar na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Transferiu-se para a Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, onde se formou em Ciências Jurídicas. Mais tarde cursou Ciências Sociais em São Paulo.

Em março de 1895, foi nomeado para o cargo de promotor de Justiça em Conceição do Serro, atual Conceição do Mato Dentro, onde se casou. Em julho desse mesmo ano, foi designado para o cargo de juiz substituto daquela comarca. Em 1899, publicou três livros: *O setenário das dores de Nossa Senhora*, *Câmara ardente* e *Dona mística*. Foi redator e diretor do semanário *Conceição do Serro*, órgão oficial do município, jornal político onde escreveu sátiras versificadas. Em 1902, publicou *Kyriale*, impresso com recursos próprios na cidade do Porto, em Portugal.

Em 1904, foi novamente nomeado para o cargo de promotor de Justiça e, em 1906, para o cargo de juiz municipal de Mariana. Nesse período, os cargos do Ministério Público e da magistratura eram de livre criação, nomeação e destituição pelo Poder Executivo. Em 1909, foi eleito membro da Academia Mineira de Letras.

Há poucos registros sobre a atuação de Alphonsus de Guimaraens nos cargos públicos que ocupou. Sobre o trabalho executado no tribunal de acusação, Carmen Schneider Guimarães, na *Revista da Academia Mineira de Letras*, relata: "O poeta ouropretano jamais falava em público e chegou a desfalecer, de certa feita, para livrar-se da tribuna de acusação [...]. Lembra seu filho João 'que seria impossível imaginá-lo a bradar, mesmo a falar naturalmente, face ao tribunal pleno, pela condenação de alguém [...]'. E conclui que 'o promotor interino o substituiu nessa parte melancólica da função'".



Alphonsus de Guimaraens morreu em Mariana na madrugada de 15 de julho de 1921. O governo do estado adquiriu o imóvel onde o escritor morava antes de falecer. O local hoje abriga o Museu Casa Alphonsus de Guimaraens.

A íntegra da biografia de Alphonsus de Guimaraens encontra-se na obra *Membros Ilustres do Ministério Público*, disponível para empréstimo no acervo da Biblioteca da instituição.

memória em destaque

Função correcional no MPMG existe há mais de 60 anos

Correger vem do verbo latino corrigo, que significa endireitar, seguir um caminho direto ou direito



Há mais de 60 anos, começavam as atividades correcionais no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG): em 1948, foi criado o Conselho Disciplinar de Justiça – órgão ao qual se atribuiu o encargo de atuar como corregedor no âmbito do Ministério Público.

Entretanto, durante muito tempo, o procurador-geral de Justiça foi o responsável por acompanhar a carreira do procurador e do promotor de Justiça e, quando necessário, por atuar como corregedor. Com o crescimento da instituição, surgiu a necessidade de se designar alguém para exercer especificamente tal função.

Assim, em 1972, o procurador-geral de Justiça Wagner de Luna Carneiro baixou ato administrativo criando a Corregedoria-Geral do Ministério Público de Minas Gerais – criação essa que se efetivou com a publicação da Lei n.º 6.276, de 26 de dezembro de 1973.

Origem

Apesar de a função correcional ser bem antiga, o cargo de corregedor surgiu, somente, no século XV, podendo ser encontrado nas Ordenações Filipinas em Portugal entre os cargos de corregedor da Corte dos Feitos Crime; corregedor da Corte dos Feitos Cíveis; corregedor de Comarca e Ouvidores, todos esses com atribuições correcionais.

No Brasil colonial há resquícios da tradição portuguesa na organização jurídica aqui instalada; porém, as funções correcionais foram realizadas somente pelos ouvidores de cada comarca.

Com a independência do Brasil, em 1822, houve maior preocupação do Estado com a organização e regulamentação do aparelho jurídico do país. Assim, em 1851, Eusébio de Queiroz editou o Decreto 834, que regulamentou as funções correcionais no Brasil, deixando a cargo do juiz de Direito o desempenho de tais funções, além do exercício da jurisdição disciplinar em relação aos promotores de Justiça.

Embora a função mais conhecida de uma corregedoria seja a de correger, é possível ver que, atualmente, esse órgão exerce atribuições bem mais amplas, atuando de diversas formas em uma instituição. Correger é uma palavra que vem do verbo latino *corrigo*, que significa endireitar, seguir um caminho direto ou direito. Assim, podemos denominar corregedoria o órgão que detém autoridade desde a orientação funcional até a fiscalização e correição.

memória em destaque

Móvel remete à história do Ministério Público mineiro nos anos 1980

Mesa em estilo Queen Anne foi usada por vários procuradores-gerais de Justiça

Caracterizada pelo traço do modelo estilístico da rainha Anne, da Grã-Bretanha, a mesa de escritório feita de madeira imbuia envernizada e entalhada em formato de

osso chegou ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) em 1980. Composta de diferentes peças encaixadas e unidas ao fundo por presilhas de ferro, pregos e parafusos, a mesa traz, na face externa, entalhes decorativos sóbrios. Os pés formam dois arcos. A parte superior é curvada para o lado de dentro e a parte inferior, para fora.

O móvel foi usado por alguns procuradores-gerais de Justiça de Minas Gerais, entre eles Waldir Vieira, Tibúrcio Nogueira Lima e Castellar Modesto Guimarães Filho. Em 1995, foi transferido para o gabinete do então diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), procurador de Justiça Epaminondas Fulgêncio Neto.

Atualmente exposta no Memorial do MPMG, a mesa remete a importantes decisões tomadas pelos procuradores de Justiça que sobre ela se debruçaram para análise de processos. Ela pertence a um importante período da década de 1980, quando, por exemplo, foi sancionada a Lei n.º 8.222/1982, que estabeleceu a organização do MPMG.

O estilo Queen Anne

A mesa exposta é uma mobília que possui o estilo conhecido como Rainha Anne (Queen Anne), que, segundo especialistas, foi o primeiro “barroco puro, sóbrio, simples, racional, elegante e confortável”.

Assim como os reis Luís XIV e Luís XVI influenciaram estilos e modas de sua época, rainha Anne também inspirou o mobiliário do seu período por ser um símbolo de elegância e grandiosidade.

Uma das características das cadeiras antigas deste estilo é o S alongado. Suas proporções são moderadas,



as curvas, delicadas e a simples decoração, em formato de concha. Uma das madeiras utilizadas neste estilo é a imbuia.

O mobiliário era claro, confortável e baseado em ângulos curvilíneos, especialmente nas pernas dos móveis. O design que mais distingue a mobília Rainha Anne é uma concha de vieira entalhada ou uma forma de leque acima de algumas peças como cadeiras, baús e mesas com topo inclinado.

O estilo Rainha Anne resulta de uma conjuntura política e social favorável entre Portugal e Inglaterra. Começaram, dessa forma, a surgir e a ser apreciados, em Portugal, os móveis de tipologia inglesa. O estilo D. João V, famoso em Portugal, é marcado pela influência estilística dos modelos Rainha Anne.

A rainha Anne

Rainha da Grã-Bretanha, entre 1702 e 1714, Anne nasceu em 1665. Seu reinado foi marcado pela união da Inglaterra e da Escócia em um único reino, a Grã-Bretanha, em maio de 1707. A rainha Anne liderou uma era de avanços artísticos, literários, econômicos e políticos, que apenas foi possível devido à estabilidade e à prosperidade do seu reinado. Anne morreu em 1714 sem deixar descendentes e foi a última monarca da Casa Stuart.

memória

em destaque

Primeiro promotor de Justiça nomeado por concurso em Minas Gerais

Geraldo Freire da Silva ingressou no MPMG em 1947

Quando o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) realizou seu primeiro concurso de ingresso na carreira, em 1947, Geraldo Freire da Silva já atuava como promotor de Justiça na cidade de Boa Esperança. Foram abertas oito vagas no 1º Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público, e Geraldo Freire foi aprovado em primeiro lugar. Assim, tornou-se o primeiro promotor de Justiça nomeado por concurso em Minas Gerais. Antes dos concursos, as nomeações eram de livre iniciativa do governador do Estado.

Atividades Públicas

Exerceu o cargo de vereador em Boa Esperança (MG) de 1936 a 1937. Assumiu, como suplente, o mandato de Deputado Federal por Minas Gerais na legislatura de 1959-1963. Voltou como titular em 1963, sendo reeleito, sucessivamente, até a Legislatura 1975-1979.

Foi escolhido dentre todos os deputados da UDN para compor a Comissão Mista responsável pelo Congresso Nacional e pelas soluções a serem tomadas frente aos acontecimentos que precederam o golpe militar. Destacou-se na eleição de 1972 como o candidato com maior votação do estado, 42.595 votos. Em 1970, foi presidente da Câmara dos Deputados a pedido do presidente General Emílio Garrastazu Médici. Foi relator geral da Comissão de Reforma do Código de Processo Penal. Autor e relator de projetos de grande repercussão nacional, como o da correção monetária nas desapropriações, remuneração de vereadores, criação do Ministério de Interior, entre outros de igual importância. Retirou-se da vida pública em 1979.

Atividades literárias

Desde a infância dedicou-se à literatura. Na adolescência escreveu poesias e dirigiu um pequeno jornal em Muzambinho/MG chamado *O Pioneiro* e na mocidade dirigiu dois periódicos em Boa Esperança, *A Ordem* e *A Vanguarda*. Foi membro efetivo da Academia de Letras de Brasília, Academia Dorense de Letras de Boa Esperança, Academia Sul-Mineira de Letras de Campanha, Academia de Letras, Ciências e Artes de Varginha. Publicou os livros *Coragem e fé* (versos), *Ao longo da vida* (memórias), *A revolta das águas* (romance), *Vivendo e sonhando* e *Boa Esperança*.



memória em destaque

O promotor de Justiça Augusto de Lima

*Cadeira nº 12 da Academia Brasileira de Letras
Patrono: Francisco Pascoal de Araújo*

Por Marcos Paulo de Souza Miranda

Antônio Augusto de Lima nasceu na Fazenda do Morro do Pires, em Congonhas de Sabará (hoje Nova Lima - MG) em 05 de abril de 1859, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 22 de abril de 1934.

Filho de José Severiano de Lima (1829-1899) e de Maria Rita de Lima. Era neto paterno de Antonio Severo de Araújo Lima e de Rita Candida da Cunha Jardim.

Antônio Augusto de Lima foi casado com Vera Suckow Monteiro de Barros Lima.

Iniciou o seu curso de humanidades no Seminário de Mariana, onde teve como professor de Latim o então padre Silvério Gomes Pimenta, mais tarde Arcebispo de Mariana. Coursou em seguida o Seminário do Caraga. Desistindo de ser padre, foi prestar os exames preparatórios no Liceu Mineiro de Ouro Preto, em 1877.

No ano de 1878 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde foi amigo, entre outros, de Raimundo Correia, Afonso Celso Júnior, Silva Jardim, Valentim Magalhães, Teófilo Dias, Pinheiro Machado e Assis Brasil.

Fundou, em 1880, com Raimundo Correia, Alexandre Coelho e Randolfo Fabrino, a Revista de Ciências e Letras. Obteve o título de bacharel em 1882, tendo, durante o curso, exercido o jornalismo, no qual se mostrou propagandista das ideias da República e da Abolição.

Durante o curso superior escreveu artigos de propaganda republicana para vários órgãos acadêmicos, como *O Liberal* (1878-1882), *A República* (1880) e para jornais da cidade de São Paulo.

Depois de formado retornou a Minas Gerais para advogar em Sabará.

Em dezembro de 1883 foi nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Leopoldina-MG, assumindo posteriormente o cargo de Juiz Municipal.

No ano de 1889 foi nomeado Juiz de Direito de Conceição da Serra, no Espírito Santo, onde permaneceu até 1890, quando deveria seguir, no mesmo posto, para Dolores de Boa Esperança, em Minas, mas logo foi escolhido para Chefe de Polícia do Estado, em Ouro Preto, por convocação de Crispim Jacques Bias Fortes.



Registro da presença do Promotor de Justiça Augusto de Lima em Ouro Preto no ano de 1884

Agitava-se, naquela ocasião, o problema da mudança da capital do Estado de Minas, e a tese de Augusto de Lima era a de que a nova capital devia ser instalada no antigo Curral del Rei, depois Belo Horizonte, ponto de vista que era também o do Barão de Lucena, Ministro da Justiça.

Foi nomeado presidente do Estado, mas não quis, por si só, fazer a mudança do governo, e submeteu o assunto ao Congresso Constituinte, e só três anos depois, em 1898, transferiu-se para Belo Horizonte, a capital do Estado. Augusto de Lima emprestou o seu nome a uma das principais e mais belas avenidas de Belo Horizonte.

memória

em destaque

O promotor de Justiça Augusto de Lima (cont.)

Como Governador, tratou das reformas do Poder Judiciário, dos sistemas tributário e eleitoral, do serviço de terras públicas e mineração, regulamentou o ensino primário e reorganizou a Escola de Farmácia de Ouro Preto.

Deixando o governo do Estado, voltou Augusto de Lima ao seu posto de juiz, servindo na Comarca de Ouro Preto de 1891 a 1901.

Foi um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, onde lecionou, de 1892 a 1925, Filosofia do Direito, Direito das Gentes e Diplomacia, Direito Criminal, Direito Público e Direito Internacional Privado.

Em janeiro de 1901, substituindo José Pedro Xavier da Veiga, assumiu a Direção do Arquivo Público Mineiro, função que exerceu até setembro de 1910. Como Diretor da Instituição, deu continuidade à edição da Revista, lançando os números VI a XV (1901/1910). Realizou pesquisas históricas profundas, que contribuíram para o esclarecimento dos limites de Minas Gerais com São Paulo, Goiás e Espírito Santo.

Na Academia Brasileira de Letras, concorreu a primeira vez em 1902, na vaga de Francisco de Castro, sendo eleito Martins Júnior. Um ano depois, apresentou-se candidato à vaga de Urbano Duarte. Foi eleito em 5 de fevereiro de 1903, mas só tomou posse quatro anos depois, em 5 de dezembro de 1907, sendo recebido pelo acadêmico Medeiros e Albuquerque. Sua cadeira foi a de nº 12, cujo patrono é França Júnior. Assumiu a presidência da Academia Brasileira de Letras em 1928.

São obras suas: *Contemporâneas*, poesia (1887); *Símbolos*, poesia (1892); *Poesias* (1909); *Noites de sábado*, crônicas (1923); *São Francisco de Assis*, poesia (1930); *Coletânea de poesias* (1880-1934), *Poesia* (1959); *Tiradentes*, poesia; *Antes da sombra*, poesia (inédito).

Pertenceu ao Partido Republicano Mineiro e ao Partido Progressista. Foi Deputado Federal da 7ª à 13ª Legislaturas (1909/1929), Vice-Presidente das Comissões de Legislação Social (1923) e de Diplomacia e Tratados (1923/1924). Relatou o Projeto de declaração de Guerra do Brasil à Alemanha em 1917.

Ao longo de sua atuação parlamentar encabeçou campanhas de defesa do patrimônio florestal, do desenvolvimento da siderurgia, do aproveitamento das regiões de fronteira, o voto feminino, a nacionalização dos serviços radiotelegráficos e a proteção do patrimônio histórico nacional.

Em 1934, foi eleito para a Assembleia Constituinte, e dela fazia parte, quando teve de submeter-me a uma cirurgia, vindo a falecer em 22 de abril, sendo sepultado com "honras de chefe de Estado".

memória em destaque

Conheça a bandeira do Ministério Público de Minas Gerais

Brasão que compõe símbolo do Parquet foi criado há mais de 20 anos

Em uma de suas acepções pelo dicionário Houaiss, bandeira é uma peça de pano retangular, com as cores e emblemas de uma nação, instituição religiosa, agremiação política, recreativa ou desportiva.

Assim é a bandeira que representa o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Ela foi criada juntamente com a Medalha do Mérito do Ministério Público, em 1992, ocasião em que o então major da Polícia Militar de Minas Gerais Eduardo Ferreira Paratela desenvolveu um modelo de brasão para o MPMG. A bandeira foi instituída na gestão do procurador-geral de Justiça Castellar Modesto Guimarães Filho.

O brasão do Ministério Público é composto de uma espada em riste, sobre a qual está disposta uma balança com dois pratos. Abaixo do punho, há um livro aberto sobre um triângulo na cor vermelha. Ao redor, existem dois ramos circulares com os dizeres "Ministério Público" e "Minas Gerais".

O procurador Joaquim Cabral Netto, no livro História do Ministério Público de Minas Gerais, aponta o significado do brasão. A espada, segundo Cabral, é símbolo da imposição, da obrigação, como devem ser as ações dos promotores de Justiça em relação ao cumprimento da lei. O livro aberto simboliza a lei e sua acessibilidade a todos. Já o triângulo simboliza Minas Gerais, estado em que o MPMG atua. Os ramos simbolizam o êxito e o sucesso que devem resultar das ações do Ministério Público para a promoção da Justiça.



memória em destaque

Atuação do MPMG preserva a memória do poeta Augusto dos Anjos

2014 marcou o centenário da morte do poeta

Em 12 de novembro de 1914, o poeta paraibano Augusto dos Anjos morre, aos 30 anos de idade, vítima de uma pneumonia, em Leopoldina, município da Zona da Mata mineira. Em 2007, o artista plástico Luiz Raphael Domingos Rosa, que residiu por anos na casa onde viveu o poeta, apresentou ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) documentação sobre a vida e a história de Augusto dos Anjos para que fossem adotadas as medidas necessárias à preservação do imóvel do início do século XX, localizado na rua Barão de Cotegipe, onde funcionava o museu Espaço dos Anjos.

A partir da instauração de Inquérito Civil verificou-se que o imóvel possuía valor histórico, arquitetônico e turístico, constituindo-se referencial simbólico para o espaço e memória da comunidade. Com a efetiva atuação do promotor de Justiça Sérgio Soares da Silveira, foram tomadas as medidas cabíveis para proteger o imóvel, por meio do procedimento do tombamento e de salvaguarda dos documentos pertencentes ao acervo do Espaço dos Anjos.

Após a morte de Luiz Raphael, as peças do museu ficaram sob a tutela temporária da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de Leopoldina, que contou com o apoio da população local e do Poder Público municipal para o tombamento, restauração, ampliação e preservação do Espaço dos Anjos. Atualmente, o imóvel, além de ser um museu da cidade de Leopoldina, abriga a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos nasceu no dia 20 de abril de 1884, no Engenho Pau d'Arco, atualmente no município de Sapé, estado da Paraíba. Em 1903, mudou-se para Recife, onde mais tarde ingressou no curso de Direito. No decorrer de sua vida acadêmica, também escrevia poemas, alguns deles publicados em periódicos da capital pernambucana.

Após a formatura, não exerceu a advocacia, preferiu se dedicar ao magistério. Transferiu-se para João Pessoa onde exerceu a licenciatura, atuando como professor interino de Literatura no Liceu Paraibano. Em 1910, casou-se com Ester Fialho e mudou-se para o Rio de Janeiro. Na então capital federal, lecionou em algumas escolas, entre elas: Escola Normal, Ginásio Nacional e Colégio Pedro II.

Em 1912, publicou seu único livro intitulado *Eu*, que foi custeado por ele e por seu irmão Odilon dos Anjos, contendo 58 poemas, cuja primeira edição teve tiragem de mil exemplares. O livro foi recebido à época entre seus colegas escritores e os críticos literários com estranhamento, que oscilava entre o entusiasmo e a repulsa.



Com um estilo literário peculiar, Augusto dos Anjos foi intitulado "poeta da morte", pois possuía uma obsessão pelo tema, com ênfase na negação da vida material e das vontades próprias. Sua obra apresenta características dos dois estilos literários da época, o Parnasianismo e o Simbolismo, principalmente no rigor na forma e no conteúdo metafórico. Segundo o escritor e crítico Ferreira Gullar, os poemas de Augusto dos Anjos possuíam um estilo pré-modernista, com características expressionistas, que o caracterizavam com uma singularidade no estilo da época.

Em 1914, Augusto dos Anjos transfere-se para Leopoldina, onde dirigiu o Grupo Escolar e passou seus últimos meses de vida. Durante sua vida, o poeta não obteve o reconhecimento almejado pelo seu trabalho. Somente a partir da edição de *Eu e outras poesias* – lançada em 1920, organizada e prefaciada pelo seu amigo de mocidade Órris Soares – e após o movimento modernista é que houve uma retomada da leitura de seus poemas e valorização do trabalho do poeta.

